

Tradução

Sobre alguns aspectos da dialética do trabalho na *Crítica da economia política*¹

Paresh Chattopadhyay²

Nas linhas seguintes, discutimos as contradições inerentes à categoria trabalho sublinhadas por Marx em seus diferentes escritos, em que o trabalho é examinado em sua múltipla existência – trabalho como tal, trabalho abstrato e concreto, trabalho necessário e excedente. Embora a maior parte do artigo trate do trabalho na sociedade mercantil-capitalista, também aborda, ao final, a forma como a *Crítica da economia política* (doravante *Crítica*) imagina o trabalho na “união de indivíduos livres” (doravante *Associação*), após o capital deixar de existir.

I. Trabalho, trabalho produtor de mercadorias. Trabalho diante do capital

Na *Crítica*, o trabalho aparece como “abstrato” em um duplo sentido. Em primeiro lugar, trabalho como tal, “trabalho em geral”, isto é, como aplicação de força de trabalho humana, é uma “abstração simples” (1953, p. 24). “Trabalho útil em geral” é abstrato no sentido de ser independente de qualquer forma social específica, é “abstraido de todos os sinais particulares que marcariam esta ou aquela fase de progresso econômico da sociedade”. Trabalho como atividade orientada a um fim é abstrato na medida em que é a condição natural da existência humana, independentemente da forma social, uma necessidade externa para mediar o metabolismo entre seres humanos e natureza (1965, p. 727; 1958, p. 30; 1962a, p. 57). O processo de trabalho em seus “momentos simples e abstratos”, elabora Marx, é

atividade intencional para criar valores de uso, apropriação de objetos naturais para atender a necessidades humanas, condição geral para o metabolismo entre natureza e seres humanos, condição permanente da vida humana e, portanto, independente de todas as suas formas sociais, ou melhor, comum a todas elas (1962a, p. 198; 1962c, p. 373).

Assim como, para ser valor, uma mercadoria tem de ser, antes de tudo, útil, “o trabalho considerado [*censé*] dispêndio de força humana,

¹Título original: “On some aspects of the dialectic of labour in the *Critique of political Economy*”. Disponível em: <<https://libcom.org/library/on-some-aspects-of-the-dialectic-of-labour-chattopadhyay>><https://libcom.org/library/on-some-aspects-of-the-dialectic-of-labour-chattopadhyay>>, acessado em 20 ago. 2016. Tradução de Juliana Nascimento da Silva.

² Université du Québec à Montréal (UQAM), Canadá.

trabalho humano no sentido abstrato da palavra, tem de ser, antes de tudo, útil” (1965, p. 575; a frase aparece somente na versão francesa).

Toda atividade produtiva, no entanto, considerada “apropriação da natureza pelo indivíduo”, realiza-se em e (é) mediada por “uma forma social particular” (1953, p. 9). Quando assumida a sua dimensão social específica, o trabalho ganha um novo significado. Nesse caso, a questão é saber se o processo de trabalho se dá “sob o chicote brutal do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista” (1962a, pp. 198-99). É precisamente sob a “forma social peculiar” da produção de mercadorias que a “abstração” do trabalho assume um segundo significado. Enquanto o trabalho como atividade finalística é realizado na infinita diversidade de valores de uso e incessantemente dividido em movimentos diferentes – o que torna este trabalho “concreto e específico” –, o trabalho posto no valor de troca é realizado na igualdade de mercadorias como equivalente geral e, portanto, como “trabalho geral, abstrato e igual” (1958, p. 30). Reside aqui o caráter contraditório – o “duplo ser” – do trabalho representado em uma mercadoria.

Estritamente falando, não existem dois tipos de trabalho na mercadoria. “O mesmo trabalho se opõe a si próprio conforme está relacionado ao valor de uso da mercadoria como seu produto, ou ao valor dessa mercadoria como sua expressão objetiva pura.” (1965, p. 574; a frase aparece apenas na versão francesa.) O trabalho pressuposto no valor de troca, o trabalho abstrato, é, ao mesmo tempo, considerado “trabalho socialmente necessário” operando no “tempo de trabalho socialmente necessário”, isto é, com o grau médio de habilidade e intensidade correspondente às dadas condições sociais de produção. Aqui o trabalho não aparece como trabalho de diferentes indivíduos. Pelo contrário, os próprios indivíduos que trabalham aparecem como simples órgãos de trabalho em que a individualidade é apagada (1958, pp. 21, 24; 1962a, pp. 53-4). No entanto, se trabalho abstrato (na produção de mercadorias) é trabalho socialmente necessário, o inverso não é verdadeiro. O trabalho socialmente necessário correspondente ao trabalho abstrato (neste sentido) refere-se a um “modo específico (arte) de sociabilidade”, não à sociabilidade em geral. É apenas sob a produção de mercadorias que o trabalho adquire esta sociabilidade específica. É uma situação em que cada um trabalha para si e o trabalho privado tem de aparecer como seu oposto, trabalho geral abstrato e, nesta forma, trabalho social. Este trabalho privado isolado, representado no valor (de troca), torna-se social apenas tomando a forma de seu contrário, a forma de generalidade abstrata, e tem este “caráter social só nos limites da troca”. Em uma sociedade não-mercantil, o trabalho humano também é trabalho social, mas esta sociabilidade é de um tipo oposto. Assim, em uma sociedade comunitária, o trabalho individual não precisa

assumir a forma de generalidade abstrata para ter caráter social. Em tal sociedade, a produção faz o trabalho individual aparecer como uma função direta de um membro do organismo social. O trabalho do indivíduo é posto como trabalho social desde o início (1953, p. 88; 1958, pp. 24, 27; 1959, p. 525; 1962a, p. 87).

O (tempo de) trabalho socialmente necessário tem um segundo significado no contexto da produção capitalista: ele não apenas cobre o tempo requerido para produzir uma mercadoria, mas também se refere ao tempo necessário para produzir a força de trabalho como mercadoria, em que se diferencia do tempo de trabalho excedente (não pago) contribuído pelo trabalhador. Neste último caso, o trabalho necessário tem, novamente, um duplo sentido. Este trabalho é necessário para a autopreservação do trabalhador e, conseqüentemente, para a manutenção da classe trabalhadora independentemente da forma social do trabalho – esteja o trabalhador subsumido ou não ao capital. Ele também é necessário para o capital tendo em vista que este necessariamente (pres)supõe a existência duradoura, a preservação e a reprodução da classe trabalhadora (1962a, p. 231; 1976, p. 153).

Assim como o termo “trabalho socialmente necessário” tem dois significados diferentes, embora não desconexos, no caso da produção de mercadorias como tal e no caso da relação capital-trabalho, da mesma forma, o termo “trabalho abstrato” assume um significado diferente em ambos os contextos – em que, mais uma vez, os dois sentidos não são totalmente desconectados. A abstração do trabalho útil – patente no caso do valor de troca – se estende à abstração do trabalho (assalariado) criador de valor do trabalho objetivado que aparece no capital. Aqui, trabalho abstrato refere-se ao trabalho do proletário que, sem capital e renda da terra, é um “trabalhador abstrato” vivendo somente do trabalho, isto é, do “trabalho abstrato unilateral”, o que significa que “a maior parte da humanidade é reduzida a trabalho abstrato” (1932, p. 46). A abstração do trabalho (vivo), neste contexto, é apenas outro nome para a sua total exclusão da riqueza material, o trabalho objetivado. Separado da propriedade, o trabalho posto como não-capital é trabalho não objetivado, divorciado de todos os meios e objetos de trabalho, separado de sua total objetividade. Este é trabalho vivo existindo como “abstração desses momentos de sua realidade efetiva [*realen Wirklichkeit*]”, existência puramente subjetiva do trabalho, desnuda de toda objetividade – trabalho como “pobreza absoluta, não como penúria, mas como exclusão total da riqueza objetiva” (1953, p. 203).

Abstraído, isto é, excluído de toda a riqueza, o trabalho é abstrato em relação ao capital também em outro sentido um pouco diferente (próximo do significado do trabalho abstrato produtor de mercadorias). Trabalho como valor de uso confrontando dinheiro posto como capital, não este ou

aquele trabalho (específico), mas “trabalho em geral [*Arbeit schlechthin*]”, é “trabalho abstrato”, indiferente à sua determinidade particular, mas capaz de assumir qualquer determinidade. Uma vez que o capital enquanto tal é indiferente a cada particularidade de sua substância – e não apenas como a totalidade desta substância, mas também como abstração de sua particularidade –, “o trabalho confrontando o capital tem em si subjetivamente a mesma totalidade e abstração” (1953, p. 204).

II. Trabalho necessário, trabalho excedente, trabalho além do capital

O caráter contraditório da relação trabalho necessário/trabalho excedente, válido para todas as sociedades de classes, assume um significado especial com a subsunção do trabalho ao capital. Nos modos de produção pré-capitalistas, comandados por valores de uso, e não por valores de troca, o trabalho excedente é mais ou menos circunscrito por um círculo definido de necessidades. Em sociedades de classes pré-capitalistas, o tempo de trabalho é estendido para produzir, além da subsistência dos produtores imediatos, uma certa quantidade de valores de uso para os mestres – a “riqueza patriarcal”. O trabalho excedente para além do trabalho necessário às necessidades naturais de consumo assume uma relevância muito maior quando o valor de troca se torna o elemento determinante da produção. Sob o capital, que é basicamente produção generalizada de mercadorias, a coerção sobre o trabalho para estender o tempo de trabalho para além do tempo de trabalho necessário é máxima. Na medida em que, na produção capitalista, o tempo de trabalho necessário determina globalmente a magnitude de valor dos produtos, a pressão sobre o trabalho para observar estritamente o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir um objeto torna-se intensa. “O chicote do dono do escravo não pode atingir o mesmo grau de intensidade que a coerção da relação capitalista.” (1976, p. 174). Por outro lado, o trabalhador é forçado a fornecer tempo de trabalho excedente para o capitalista apenas para ter a possibilidade de dedicar o tempo de trabalho necessário para atender às próprias necessidades. Assim, os trabalhadores só podem satisfazer às suas necessidades vitais vendendo a sua força de trabalho e, portanto, são obrigados a trabalhar (e a trabalhar gratuitamente para o capitalista) por força do seu próprio interesse, e não por meio de qualquer compulsão externa.

A relação contraditória entre o trabalho necessário e o trabalho excedente (sob a produção capitalista) torna-se mais pronunciada com o aumento da produtividade do trabalho. Uma redução do tempo de trabalho necessário sem baixar os salários só poderia se dar por meio do aumento da

produtividade do trabalho, *i.e.*, um aumento das forças produtivas do trabalho. Isso significa que agora é necessário menos tempo para a reprodução do trabalho. Consequentemente, o tempo de trabalho excedente é estendido à medida que o tempo de trabalho necessário diminui. Uma parte do tempo de trabalho global é liberada e anexada pelo tempo de trabalho excedente. Em outras palavras, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho sob o capital não visa à redução do tempo de trabalho. Destina-se, em vez disso, a reduzir a parte do tempo durante a qual o trabalhador trabalha para si, a fim de prolongar a outra parte do tempo, durante a qual ele trabalha gratuitamente para o capital (1962a, p. 340; 1976, p. 213). No entanto, o processo é contraditório também de outro ponto de vista. Enquanto, de um lado, o capital continuamente tenta eliminar o tempo de trabalho necessário, por outro, o tempo de trabalho excedente só existe em oposição ao tempo de trabalho necessário, e o capital põe o tempo de trabalho necessário como uma condição necessária para sua própria reprodução e valorização. “O capital como o pôr de trabalho excedente é na mesma medida e ao mesmo tempo o pôr e o não pôr de trabalho necessário. O capital é capital apenas na medida em que trabalho é trabalho necessário e, ao mesmo tempo, não trabalho necessário.” (1953, pp. 241, 304)

Agora, juntamente com o esforço incessante para compelir a maior parte da sociedade a trabalhar além do que é requerido para satisfazer às necessidades imediatas, o capital força o trabalho a uma maior diversidade de produção, uma ampliação do círculo de necessidades sociais e dos meios para satisfazê-las e, com isso, ao exercício das faculdades humanas em todas as direções, embora, “assim como o tempo de trabalho excedente é a condição para o tempo livre, da mesma forma, o alargamento do círculo de necessidades e dos meios para satisfazê-las é condicionado pelo agrilhoamento do trabalhador às necessidades básicas da vida” (1976, p. 175). Trabalho excedente, trabalho para além das próprias necessidades do trabalhador, também é, ao mesmo tempo, trabalho para a sociedade, embora na sociedade capitalista ele seja imediatamente apropriado pelos donos do capital em nome da sociedade. Porém, este trabalho excedente, de fato, constitui tempo livre para a sociedade, sendo igualmente sua base material e cultural e seu desenvolvimento. De maneira paradoxal, na medida em que é a coerção do capital que compele as massas da sociedade a trabalhar além de suas necessidades imediatas, “o capital cria cultura, desempenha uma função histórico-social” (1976, p. 173).

Sob o sistema de troca de trabalho vivo por trabalho objetivado (mediado pela forma valor), a quantidade de tempo de trabalho aplicada à produção é o fator decisivo para a criação de riqueza. No entanto, contraditoriamente, este tempo de trabalho cria sua própria negação, na medida em que contribui para o progresso da indústria, que cada vez mais

está em relação inversa com a aplicação de trabalho imediato à produção e em relação direta com o progresso científico e técnico, resultando na enorme desproporção entre a riqueza criada e a magnitude do trabalho imediato aplicado para criá-la. O trabalho em sua forma imediata cada vez mais deixa de ser a grande fonte de riqueza e, no mesmo ritmo, o tempo de trabalho deixa de ser sua medida. Desse modo, o trabalho excedente dos produtores imediatos deixa de ser a condição do desenvolvimento da riqueza universal. Com isso, a produção com base no valor de troca marcha em direção à sua própria morte. Por outro lado, enquanto na economia mercantil (capitalista) o trabalho imediato é trabalho individual que se torna social somente pela troca, na grande indústria, juntamente com a sujeição das forças naturais ao entendimento social e à transformação dos meios de produção em processo automático, o trabalho deixa de ser individual em sua existência imediata e torna-se diretamente social no próprio processo de produção – embora de forma antagônica –, minando a própria base da produção (capitalista) de mercadorias (1953, pp. 595; 597).

Finalmente, como a *Crítica* considera o trabalho numa sociedade comunitária – a *Associação* – após o desaparecimento do capital?

Evidentemente, o trabalho, liberto de seu modo até então existente, continuaria a ser a "substância criadora de riqueza", assim como o tempo de trabalho continuaria a ser a "medida do custo requerido pela produção (de riqueza)" na nova sociedade (1962b, p. 255).

A necessidade de regular a produção por meio da alocação adequada de tempo de trabalho da sociedade nas diferentes esferas produtivas se manteria na *Associação*. No entanto, esta regulação seria executada sem a necessidade de as relações sociais entre indivíduos aparecerem como relações sociais entre coisas. Sob a "produção comunitária", a consideração do tempo de trabalho como a substância criadora de riqueza e como a medida do custo de produção é "essencialmente diferente da medida do valor de troca (do trabalho ou de produtos do trabalho) pelo tempo de trabalho" (1953, p. 89).

Da mesma forma, uma lei econômica central de todas as sociedades – a lei da economia de tempo – continuaria a operar na *Associação*. Nesse caso, entretanto, mais uma vez esta lei assume um caráter completamente novo. Há uma necessidade de economizar tempo global da sociedade para a produção indicando maior eficiência produtiva, mas também a fim de liberar mais tempo (livre) para os "indivíduos sociais". Dada a apropriação social das condições de produção, a distinção anterior entre tempo de trabalho necessário e excedente perde o seu significado. O produto excedente, resultado do trabalho excedente, aparece como necessário em si mesmo (1953, p. 506). Em tal circunstância, o tempo de trabalho necessário seria medido em termos de necessidades do "indivíduo social", não em

termos de necessidades de valorização. De forma similar, o tempo de trabalho excedente, longe de significar tempo de não-trabalho para poucos, significaria tempo livre para todos os indivíduos sociais. Seria tempo livre da sociedade e não mais tempo de trabalho que se torna cada vez mais a verdadeira medida da riqueza da sociedade. E isto num duplo sentido. Em primeiro lugar, seu aumento indica que o tempo de trabalho produz mais e mais riqueza devido a um imenso aumento da capacidade produtiva, livre das contradições anteriores. Em segundo lugar, o próprio tempo livre significa riqueza em um sentido notável, porque significa o prazer de diferentes tipos de criação e porque expressa atividade livre que, ao contrário do tempo de trabalho, não é determinada por qualquer finalidade externa que tenha de ser satisfeita, seja uma necessidade natural, seja uma obrigação social.

Por outro lado, o próprio tempo de trabalho, a base do tempo livre, assume um novo significado. Trabalho agora seria diretamente social, não mediado hierarquicamente ou pela forma valor de seus produtos e, desprovido de seu caráter antagônico “pré-histórico”, teria uma qualidade completamente diferente em comparação com o que é mostrado pelo “animal de trabalho”. No entanto, o tempo do trabalho, dada a sua determinação por uma finalidade externa, permaneceria no âmbito do reino da necessidade; não pertenceria ao reino da liberdade, que está para além da esfera da produção material e, portanto, só é acessível indo além do tempo de trabalho, embora o reino da liberdade só possa se desenvolver com base no reino da necessidade (1964, p. 828).

Referências bibliográficas

- MARX, K. *Ökonomisch-philosophische Manuskripte* [1844]. Marx-Engels - Gestamtausgabe 1 Abteilung, B.3. Berlim: Marx-Engels Verlag, 1932.
- _____. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*. Berlim: Dietz Verlag, 1953.
- _____. *Zur Kritik der politischen Ökonomie* [1859]. Berlim: Dietz, 1958.
- _____. *Theorien über den Mehrwert II*. Berlim: Dietz, 1959.
- _____. *Das Kapital I, III*. Berlim: Dietz, 1962a; 1964.
- _____. *Theorien über den Mehrwert III*. Berlim: Dietz, 1962b.
- _____. *Randglossen zu Adolph Wagners "Lehrbuch der politischen Ökonomie"* [1880]. MEW 19. Berlim: Dietz, 1962c.
- _____. *Oeuvres: Öconomie I*. Paris: Gallimard, 1965.
- _____. *Resultate des unmittelbaren Produktionsprozesses (1863-65)*. Frankfurt: Neue Kritik, 1969.
- _____. *Die Deutsche Ideologie* [1846]. MEW 3. Berlim: Dietz, 1973.
- _____. *Zur Kritik der politischen Ökonomie* [1861-63]. MARX, K.; ENGELS, F. *Gestamtausgabe 2 Abt. B. 3/1*. Berlim: Dietz, 1976.